

Mulheres negras na educação profissional e tecnológica: um olhar sobre a produção científica

Black women in professional and technological education: a look at scientific production

Mujeres negras en la educación profesional y tecnológica: una mirada a la producción científica

Jose Wellington da Silva¹
Natal Lânia Roque Fernandes²

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar um panorama da produção científica sobre questões relacionadas à mulher negra no espaço educativo da Educação Profissional e Tecnológica, no intuito de analisar como essas questões são abordadas no âmbito da EPT. Trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica, realizada por meio de levantamento de publicações do período de 2012 a 2022, com dados divulgados no Catálogo da CAPES, no *Google Acadêmico*, na Base *SciELO* Brasil, dispostos em teses, dissertações, artigos e monografias. Com base no conceito de interseccionalidade, foram analisadas oito pesquisas que tratam da relação gênero, raça e educação profissional. Pode-se perceber que estudos sobre a mulher negra na EPT são poucos e secundarizados, mostrando uma lacuna que precisa ser superada por pesquisas que levem em consideração outras categorias, como a subjetividade, para analisar a presença da mulher negra naqueles espaços.

Palavras-chave: Mulher Negra; Educação Profissional e Tecnológica; Gênero; Raça

Abstract

This article aims to present an overview of scientific production on issues related to black women in the educational space of Professional and Technological Education, in order to analyze how these issues are addressed within the EPT. This is bibliographic research, carried out through a survey of publications from 2012 to 2022, with data published in the CAPES Catalog, Google Scholar, SciELO Brasil Database, arranged in theses, dissertations, articles and monographs. Based on the concept of intersectionality, eight studies dealing with the relationship between gender, race and professional education were analyzed. It can be seen that studies on black women in the EPT are few and secondary, showing a gap that needs to be overcome by research that takes into account other categories, such as subjectivity, to analyze the presence of black women in those spaces.

Keywords: Black Woman; Professional and Technological Education; Gender; Race

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE. Fortaleza, CE, Brasil.
E-mail: wellingt87@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4790-3154>

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE. Fortaleza, CE, Brasil.
E-mail: laninharoque@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1600-2153>

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar un panorama de la producción científica sobre temas relacionados con la mujer negra en el espacio educativo de la Educación Profesional y Tecnológica, con el fin de analizar cómo estos temas son abordados en el ámbito de la EPT. Se trata de una investigación bibliográfica, realizada a través de levantamiento de publicaciones de 2012 a 2022, con datos publicados en el Catálogo CAPES, Google Scholar, Base de datos SciELO Brasil, ordenados en tesis, disertaciones, artículos y monografías. Con base en el concepto de interseccionalidad, se analizaron ocho estudios que tratan sobre la relación entre género, raza y formación profesional. Se puede observar que los estudios sobre mujeres negras en la EPT son pocos y secundarios, mostrando un vacío que necesita ser superado por investigaciones que tengan en cuenta otras categorías, como la subjetividad, para analizar la presencia de mujeres negras en esos espacios.

Palabras clave: Mujer Negra; Educación Profesional y Tecnológica; Género; Raza

Introdução

A história da educação tem revelado que o espaço escolar, tradicionalmente, não foi pensado como um lugar de pertencimento para a população negra, e em especial para as mulheres negras. A escola apresenta-se, muitas vezes, como um não-lugar social, uma vez que não confere a essas mulheres, com base num conjunto de representações que relacionam raça, classe e gênero, o lugar de sujeitas de direitos, produtoras de conhecimentos. Neste espaço, assim como na sociedade, historicamente tem-se privilegiado a classe dominante, representada na figura do homem branco, heterossexual e rico.

A escola desempenha papéis importantes na construção das identidades dos indivíduos, posto que é um espaço de socialização de conhecimentos, de interações e troca de experiências importantes na construção de sentido sobre si e sobre o outro. No entanto, enquanto espaço social, com estrutura pré-concebida, a escola pode produzir e reproduzir desigualdades, sejam elas de gênero, raça ou classe, constituindo-se como um espaço “generificado” (LOURO, 1997). Como parte de uma sociedade que discrimina, a escola não pode se isentar dos benefícios ou das adversidades produzidas por essa mesma sociedade, pois, ao mesmo tempo que é influenciada pelos modos de pensar e de se relacionar da/na sociedade, a escola também exerce influências, por meio dos diversos sujeitos escolares, currículos, disciplinas etc., com os quais pode contribuir para transformações nas relações sociais, construindo novos conhecimentos e valores, colocando-se como um lugar de relevância no combate às discriminações.

No combate à discriminação, a escola, como todas as instituições sociais, deve entender a importância dos marcadores sociais, tais como raça e gênero, na constituição dos sujeitos e nas relações sociais, pois além deles estarem em todas as dimensões da vida do ser humano, podem levar a vários tipos de subordinação e opressão.

Tomando-se como parâmetro as instituições escolares de ensino profissional e tecnológico, observa-se que a realidade se complexifica, uma vez que historicamente a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é um espaço majoritariamente masculino e marcado por um caráter dual, limitando-se ao atendimento das demandas do mercado de trabalho, que tem se constituído como espaço de discriminação da mulher, majoritariamente da mulher negra, enquanto profissional.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se constitui como uma modalidade educacional cuja finalidade é preparar os cidadãos “para o exercício de profissões”, contribuindo para que possam se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade (BRASIL, 2021, p. 1). No entanto, do final do século passado até os dias atuais observa-se um movimento de intelectuais defendendo a concepção de EPT para além do viés de preparo para o trabalho e acreditando que esta pode ser pensada também como uma alternativa de se viabilizar um projeto de inclusão, de democratização, através da qual situações opressoras possam ser transformadas.

Com base na segunda concepção e tomando a diversidade de homens e mulheres que compõem a EPT, lançamos o olhar sobre a presença da mulher negra neste espaço contraditório e complexo da educação profissional, cujo perfil ainda está voltado ao sujeito homem. Ao se fazer um recorte para compreender o espaço que a mulher negra ocupa na EPT, observa-se que as questões são mais complexas, pois a relação entre a mulher negra e a EPT não é de proximidade, visto o apagamento dessa mulher na historiografia da educação profissional. Essa realidade nos leva a indagar: como a questão da mulher negra é abordada nas pesquisas realizadas no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica? Para compreensão da questão posta, este tem como objetivo apresentar um panorama da produção científica sobre questões relacionadas à mulher negra no espaço educativo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) a partir de 2012.

Apesar dos estudos sobre gênero e raça não serem algo novo, quando a questão racial nos espaços educacionais como a EPT é considerada, esta merece reflexões que desembocam nos discursos em defesa da presença da mulher negra nos diversos espaços da

sociedade e, em particular, da educação profissional e tecnológica, constituindo-se como um meio potente para enfrentar tanto o racismo quanto o sexismo na educação. No entanto, para se (re)conhecer as experiências das mulheres negras nos diversos espaços da sociedade, e em especial na educação profissional, é necessário considerar as sobreposições de discriminações (racial, de gênero, classe...) às quais as mulheres negras são submetidas, pois a combinação dessas formas de discriminação pode afetar suas vidas.

Nesse cenário, o conceito de interseccionalidade, criado por Kimberlé Crenshaw (2002), contribui para compreendermos as múltiplas diferenciações que permeiam o espaço social da mulher negra. Ao discorrer acerca da interseccionalidade, a autora a define como a "forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras" (CRENSHAW, 2002, p. 177). Com vista a apreensão dos significados ditos e não ditos dos processos de socialização do conhecimento técnico e sua relação com os sujeitos sociais diretamente envolvidos, alguns estudos têm se voltado a pensar o lugar da mulher negra na Educação Profissional e Tecnológica a partir de categorias como raça, gênero e classe, dentre outras, contrapondo-se às visões monolíticas sobre essas relações que ainda permeiam o ambiente escolar e a sociedade.

Gênero, raça, educação e trabalho: sobreposições de discriminação e opressão das mulheres negras

Estudos recentes sobre a mulher negra têm considerado a interseccionalidade entre diferentes categorias necessárias para entender o sistema discriminatório que oprime a mulher negra e dificulta o acesso a direitos básicos da cidadania, como por exemplo, à educação e ao trabalho. Baseados no conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) e nas ideias de autoras como Joan Scott (1995), Lélia Gonzalez (2020), Cisne (2012), Bento (1995), Nilma Gomes (2000), dentre outras, discutiremos as relações entre as categorias gênero, raça, trabalho e educação, aqui tomadas como categorias importantes para compreender as questões presentes na temática em estudo.

Na literatura há diversas abordagens sobre o sentido empregado ao termo gênero, e pode-se dizer que a sua conceitualização ganha um notório destaque no cenário de luta nos anos 1980. Scott (1995, p. 20), em "Gênero, uma categoria útil de análise histórica", propõe

que gênero “é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças perceptíveis entre os sexos”. A autora argumenta que o conceito de gênero serve como uma ferramenta analítica e política e relaciona-se não somente a sexo, mas também a elementos como classe, raça e qualquer processo social que vise à igualdade política e a justiça social.

Para compreender as determinações econômico-sociais a que mulheres negras são submetidas, é necessário considerar a questão de gênero relacionada a estas determinações, algo basilar para entender as discussões sobre a divisão sexual do trabalho, que segundo Cisne (2012, p. 109) “[...] é uma das formas centrais para a exploração do capital sobre o trabalho”. Divisão esta, produto de um sistema patriarcal, envolto no binarismo de gênero, que reserva às mulheres, principalmente às mulheres negras, os trabalhos mais precarizados e, portanto, desprestigiados. Se os significados atribuídos ao ser homem/ser mulher interferem no mundo do trabalho, ao se pensar a relação entre a educação profissional e a sociedade capitalista estabelecida na ordem do capital, é preciso pensar gênero no “[...] bojo da contradição entre capital e trabalho e das forças sociais conflitantes das classes fundamentais que determinam essa contradição” (CISNE, 2012, p. 89).

Essa contradição fica evidente quando se analisa a inserção da mulher negra no mercado de trabalho. Em termos de ocupação no Brasil, segundo Gonzalez (2020, p. 33), as mulheres negras sempre trabalharam na esfera externa, ou seja, fora de casa. No período escravocrata elas exerciam papéis como a trabalhadora do eito nas plantações de cana-de-açúcar, café, algodão ou como mucama nas casas-grandes. Quando “libertas”, elas passaram a vendedoras de quitutes nas ruas ou a empregadas domésticas. Assim, o espaço externo constitui-se, desde o advento da escravidão, o grande espaço de trabalho da mulher negra. No sistema escravista, a mulher negra era uma trabalhadora em tempo integral para seu dono e raramente esposa, mãe e dona de casa. Isso tem grande influência na relação trabalho e mulher negra na atualidade, pois elas têm maior prevalência nas classes mais baixas, atuam frequentemente em trabalhos precários, com predominância na esfera doméstica, recebem os menores rendimentos e são as que se encontram em situação mais complicada, sendo o grupo no qual são registrados os maiores índices de desemprego, conforme evidenciam Ferreira e Nunes (2019, p. 4).

Ferreira e Nunes (2019, p. 8) também afirmam que há uma segmentação horizontal e baixa participação feminina em todos os setores da economia e que as mulheres são mais prevalentes na área do cuidado, como educação, saúde, assistência social e no emprego

doméstico. Quando pensamos em áreas da tecnologia, elas encontram maior dificuldade em determinados postos de trabalho, aumentando a exclusão de gênero em setores específicos. Essas evidências corroboram o entendimento de que há cursos "voltados" às mulheres e outros "voltados" aos homens e, em consequência disto, a ocupação por gênero em determinados cursos ainda não é uniforme.

Numa sociedade patriarcal, os itinerários formativos são condicionados por diversos fatores, tais como: históricos, culturais, econômicos e sociais, os quais são permeados por relações de poder; fazendo com que os estereótipos de gênero se sobressaiam e assumam um protagonismo na construção da identidade profissional, tornando-se verdades absolutas na sociedade. Delimitando-se assim espaços como sendo próprios de cada "grupo" de indivíduos, exigindo, portanto, o reconhecimento de que "[...] o gênero tem se configurado como uma das expressões marcantes de injustiça e desigualdades reinantes no país, ou seja, como uma das expressões da 'questão social' [...]" (MOREIRA *et al.*, 2006, p. 5). Nesse contexto, a ideia baseada no sexo foi e é responsável por dar sentido às escolhas de homens e mulheres em determinadas áreas, como a tecnológica, vista como um campo de predominância masculina, em que as realizações das mulheres são invisibilizadas e onde são praticamente ausentes nas atividades científicas de maior poder e prestígio.

Ao analisar as questões que envolvem a mulher negra na América Latina, Gonzalez (2020, p. 132) conclui que aquela mulher "sofre dupla discriminação, e que sua condição biológica-racial e/ou sexual - as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente." Assim, quando atrelamos gênero na discussão sobre raça, trabalho e educação, podemos notar as dificuldades encontradas pela população negra, e em especial as mulheres negras, para alcançar primeiramente a educação e, por conseguinte, o mercado de trabalho.

Um dos enormes desafios concernentes às mulheres refere-se ao respeito no seu processo de inserção no mercado de trabalho, pois precisam lutar para assumir o papel de sujeitos/indivíduos na sociedade e serem respeitadas pelos contratantes e colaboradores no cenário em que forem inseridas.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) de 2021, publicados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) no ano de 2022, apontam que "as mulheres negras sempre encontraram maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Em 2021, a taxa de desocupação delas foi de

18,9%, muito superior à das mulheres brancas, de 12,5%” (DIEESE, 2022, p. 4). A esta dificuldade soma-se o fato de as mulheres negras receberem menores salários além de estarem lotadas em ocupações com condições laborais precárias.

Gonzalez (2020, p. 53) ressalta que mulheres negras se utilizam de estratégias para sobreviver e resistir numa formação social capitalista e racista como a nossa. E uma delas é através do acesso à educação, onde poderão ter mais chances de conseguir sua inclusão no mercado de trabalho e diversificar o ambiente de trabalho. Essa afirmação da autora pode ser confirmada nas estatísticas atuais, segundo as quais as mulheres têm cada vez mais ocupado os espaços na educação; no entanto, observamos que é preciso avançar para equalizar a realidade excludente do mercado quanto ao fator raça e gênero.

Os dados do Censo Escolar 2020 (BRASIL, 2021) mostram que a taxa ajustada de frequência escolar líquida à educação profissional das pessoas de 20 a 29 anos de idade no ano de 2019, segundo o sexo, foi de 57,81% para as mulheres e de 41,19% para os homens, uma diferença de 16,62 pontos percentuais. No tocante à raça, os dados mostram que existe um relativo equilíbrio entre o número de matrículas de brancos e de pretos/pardos, representando, respectivamente, 47,4% e 51,5%. No entanto, percebe-se uma predominância de pretos/pardos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) profissional de nível médio (83,3%) e nos cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou de qualificação profissional, em que eles representam 66,0% das matrículas (BRASIL, 2021, p. 33).

Com relação ao ensino superior, no mesmo ano, um percentual maior de mulheres na faixa etária de 18 a 29 anos frequentava a escola (34,2% frente a 30,7% dos homens). Por cor ou raça, o cenário foi ainda mais marcante, visto que 37,9% das pessoas brancas de 18 a 24 anos estavam estudando, sendo 29,7% no ensino superior, frente a uma taxa de escolarização de 28,8% das de cor preta ou parda, com apenas 16,1% cursando uma graduação (IBGE, 2020). Fica evidente que apesar de políticas públicas de ações afirmativas, como a implementação da Lei nº 12.711/12 (Lei das Cotas), que se configura como uma alternativa possível para promover a inserção de pessoas negras nos espaços acadêmicos, ainda há muito o que se avançar.

Estes dados mostram que apesar da proporção de mulheres, tanto na educação profissional quanto no ensino superior, estar maior ou quase igual à dos homens, nota-se a persistência dos estereótipos atrelados a gênero e raça, que moldam o significado atribuído às ocupações e às carreiras de mulheres, estatisticamente, as negras, fazendo com que elas ainda

permaneçam no desemprego, na informalidade, no trabalho precário, na subutilização de sua mão de obra e, conseqüentemente, na redução dos seus rendimentos.

Ao se pensar educação, imagina-se quase que automaticamente o espaço físico da escola, e envoltos num romantismo, imagina-se que aqueles espaços são livres de tensões, sejam elas de gênero, raça ou classe, mas quando analisamos como a educação no Brasil foi constituída, percebemos que não se deu de forma harmônica e até hoje a escola é símbolo de violências para alguns grupos sociais. Pensando historicamente, o ensino nunca foi democrático. Mulheres, indígenas e negros comprovam as dificuldades de acessar um conhecimento que durante muito tempo foi restrito às elites.

Ao refletir sobre o apagamento intencional que os povos marginalizados sofrem desde o Brasil colônia, pode-se destacar a invisibilidade da mulher negra nesse processo, afinal privilegiaram-se os homens, ou melhor, os homens brancos. A mulher negra sofre uma tripla invisibilidade, de gênero, raça e classe, condição essa entranhada no sistema capitalista, que busca reservar para aquelas mulheres um espaço coadjuvante, delimitado, reduzido e até um não-lugar (GONZALEZ, 2020). Para elas restaram os estereótipos já naturalizados nas tipologias das mucamas, mulatas, escravas fiéis e infiéis.

Freitas (2015), ao fazer um resgate histórico da participação das mulheres negras no processo educacional do país, ressalta que a formação educacional não se deu/dá apenas nos muros escolares, ela vai muito além disso. Afinal, quem embalou, cuidou, ensinou palavras e lendas? A mulher negra. E nesse sentido, é preciso destacar que o povo africano trazido para o Brasil através do tráfico negreiro, e em especial mulheres africanas, são parte da história construída nesse país. Nossos ancestrais trabalharam em todos os espaços, desenvolvendo todas as atividades necessárias à expansão do país. Essa mão de obra escravizada não foi apenas mais uma contribuição, implicou em protagonismos construídos nos enfrentamentos e resistências cotidianas.

A autora em destaque conta que, no período escravagista, as mulheres negras tiveram um papel essencial na criação e educação de crianças brancas, foram elas que lhes alimentaram e ensinaram as primeiras palavras, passos e canções, que lhe contaram as primeiras histórias e se dispuseram as primeiras brincadeiras da infância. Evidenciando que tais mulheres foram fundamentais na forma como se estruturou o país e estiveram de alguma forma presentes nas propostas de socialização e de educação praticadas no Brasil.

Segundo Saviani (2013, p. 26), a escola, no Brasil, é permeada por desigualdades desde a sua origem. As escolas criadas pelos jesuítas, por exemplo, eram estabelecimentos de ensino “voltados exclusivamente para a educação dos homens (brancos) e com o direcionamento para o sacerdócio ou advocacia.” Com o fim do período colonial e início do período republicano no começo do século XIX, houve uma mudança significativa em termos de educação formal. Nesse cenário floresce a ideia de uma educação ligada ao desenvolvimento das forças produtivas, que relacione educação e trabalho. Frigotto (1996, p. 26) afirma que essa relação pode ser entendida como “uma necessidade de habilitar uma população para atender as demandas do capital”.

Na virada do séc. XIX para o XX, ocorria o crescimento da população urbana brasileira e os primeiros passos para a industrialização, com isso as “elites dirigentes concentraram esforços para incorporar um conjunto de valores e referências no interior da sociedade brasileira” (LIMA, 2014, p. 7). As Escolas de Aprendizes e Artífices, criadas em 1909, tinham por finalidade proporcionar ensino gratuito e profissionalizante aos “pobres e desvalidos da sorte”. Anos mais tarde elas dariam lugar aos Institutos Federais de Educação. Assim, evidencia-se que a história da educação profissional brasileira registra um modelo de aprendizagem que se destinava ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade brasileira, leia-se homens negros e pobres, estabelecendo-se “uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber (ensino secundário, normal e superior) e os que executavam tarefas manuais (ensino profissional)” (BRASIL, 1999, p. 2).

Quando se fala em educação e profissionalização da mulher negra, nota-se um apagamento de como foi o processo de ocupação dessas mulheres nos espaços escolares da educação profissional. Disto, infere-se que a profissionalização da mulher negra e sua inserção no mercado de trabalho formal deu-se de forma lenta, na medida em que a necessidade de complementação da renda familiar foi crescendo. Vale ressaltar que elas sempre estiveram inseridas no mercado de trabalho, em ocupações precarizadas e mal remuneradas, assim, nem todas as mulheres tiveram a oportunidade de se qualificar e só trabalhar quando houvesse necessidade, pois, para um grande contingente de mulheres negras, a necessidade houve desde sempre. Bento (1995, p. 484) corrobora ao falar que há um lugar para a mulher negra no trabalho, onde a hierarquia social baseada na raça e no gênero estabelece que há uma posição inferior na relação ampla entre brancos/negros homem/mulher.

Isto obriga a mulher negra a ocupar os piores indicadores sociais no que se refere a trabalho, escolarização.

No processo de construção de uma educação emancipatória e democrática dentro do ambiente da educação, é preciso retomar, dentre outras questões, a da mulher negra como participante do processo de ensino-aprendizagem, porque impacta na formação da sua identidade profissional. Segundo Gomes (2000, p. 1), a escola enquanto espaço de interferência na construção das identidades torna-se um lugar privilegiado na vida de uma grande parcela da sociedade brasileira, na medida em que registra lembranças, produz experiências e deixa marcas profundas naqueles que conseguem ter acesso àqueles espaços.

A construção identitária da mulher negra nos espaços escolares, enquanto processo coletivo, é desenvolvida pelas relações entre o alunado e professores e todas as interações sociais que contribuem para a formação social das estudantes na comunidade escolar. Com isso, é preciso que a educação seja constituída numa percepção crítica sobre a realidade social para a construção de ações transformadoras, conforme afirma bell hooks³ (2013, p. 56), “é preciso fazer da sala de aula um contexto democrático em que todos sintam a responsabilidade de contribuir é um objetivo central da educação transformadora.”

A autora reforça a construção de uma pedagogia emancipatória livre da prática pedagógica tradicional, pois considera que “silencia as vozes de indivíduos dos grupos marginalizados” (hooks, p. 110). Assim, é relevante que a escola esteja vinculada a um projeto democrático e político e isso significa intervir com reflexões e respostas concretas junto aos diferentes grupos sociais subalternizados, bem como questionar a narrativa eurocêntrica, que fortalece o racismo institucional.

Por mais que os apontamentos aqui elencados estejam em evidência, podemos perceber que a escola ainda está longe de ser inclusiva. Ainda estamos imersos num discurso que tem por objetivo a manutenção de privilégios de determinados grupos em detrimento de outros. Para hooks (2013, p. 52), “[...] os alunos estão muito mais dispostos que os professores a abrir mão de sua dependência em relação à educação bancária. Também estão muito mais dispostos a enfrentar o desafio do multiculturalismo”. Assim, é preciso instituir locais de formação onde os professores tenham a oportunidade de expressar seus temores e, ao mesmo tempo, aprender a criar estratégias para abordar a sala de aula e o currículo

³ Seu nome é grafado em letras minúsculas no corpo do texto por se tratar de pseudônimo de Gloria Watkins. Todavia, para indicação de fonte e referência, seguimos a norma acadêmica.

multiculturais. hooks (2013) reforça que a educação tem de ser engajada, constituída numa percepção crítica sobre a realidade social para a construção de ações transformadoras a fim de exercer a liberdade e promover o diálogo.

Diante do exposto, os debates acerca de uma educação profissional que fortaleça o sujeito em todas as suas dimensões (social, econômica, cultural) apresenta-se como um grande desafio para a consolidação de um projeto educacional que vise à formação de cidadãos autônomos e com pensamento crítico, sendo potenciais agentes de transformação social; com isso, pensar as relações de gênero e raça na EPT é salutar, pois ao considerar as mulheres negras, excluídas desse processo, é possível pensar numa educação onde sua proposta pedagógica seja pautada numa estratégia de emancipação individual e coletiva dos sujeitos.

Encaminhamentos metodológicos

O estudo que compõe este artigo se configura como uma pesquisa de caráter bibliográfico. A pesquisa bibliográfica é concebida por diversos autores, dentre eles Marconi e Lakatos (2003) e Gil (2017), e tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento através de uma investigação científica de obras já publicadas.

Durante o desenvolvimento deste estudo realizou-se uma revisão sistemática de trabalhos publicados sobre a mulher negra e a EPT. Com isso, buscou-se selecionar pesquisas publicadas a partir de 2012, ano de publicação da Lei nº 12.711/2012, com a qual tentou-se viabilizar o ingresso da população negra nas Universidades e Institutos Federais (BRASIL, 2012). A busca foi realizada no repositório nacional de bases de dados, como a Base *SciELO* Brasil, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e no *Google Acadêmico*. Foram utilizados os seguintes descritores na busca: "mulher negra", "mulher negra e educação profissional", "raça" e "mulher negra e educação". No primeiro momento, foi possível identificar os trabalhos que continham algumas dessas palavras-chave, os quais versavam sobre temas diversos, tais como: acesso e permanência de mulheres negras na educação superior, ações afirmativas na educação, negros na educação superior, educação e população negra. No segundo momento, a partir de leitura criteriosa, foram selecionados os que tratavam sobre a mulher negra e EPT. Com isso, foram selecionados 8 textos que tratavam da relação gênero, raça e educação profissional.

Quadro 1 - Pesquisas selecionadas sobre o tema mulheres negras e EPT considerando o período (2012-2022) – Sobral, 2022.

Autoras(es)/ano	Objetivos	Metodologia	Resultados
EUCLIDES, Simone Maria (2012)	Analisar as possibilidades de acesso e permanência de estudantes negras em uma instituição de perfil agrotécnica, especificamente a instituição federal de Barbacena-MG.	Mapeamento do perfil dos estudantes e a identificação das estudantes negras egressas e ingressas no Instituto, mediante a consulta das fichas de cadastro, na secretaria da referida instituição e realização de entrevistas. Local: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ensino – IF do Sudeste de Minas Gerais, <i>campus</i> Barbacena.	Raça e gênero interferem na inserção das estudantes nos cursos, mas não na permanência e saída. Mulheres negras acreditam que a cor da pele não seja fator limitante para elas.
MENDES, Linidelly Rocha (2015)	Analisar como as desigualdades de gênero e raça se relacionam com o acesso e a permanência das alunas negras nos cursos de educação profissional.	Realizou-se pesquisa bibliográfica e análise documental de alunas dos cursos técnicos em Secretaria Escolar e Secretariado do Instituto Federal de Brasília – IFB <i>campus</i> São Sebastião.	O corpo discente é majoritariamente feminino nos cursos estudados, e que as mulheres negras são geralmente trabalhadoras com histórico escolar defasado e com o desenvolvimento escolar precarizado.
SOARES, Cecília Conceição Moreira <i>et al.</i> (2017)	Analisar a atuação dos professores para uma educação profissionalizante de jovens e adultos negros, particularmente os do gênero feminino.	Aplicação de questionários a docentes e discentes do Centro de Ensino em Educação Profissional (CEEP) em Logística e Transporte Luiz Pinto de Carvalho.	Há diferenças raciais e esses aspectos reverberam nas relações no mundo do trabalho. Observa-se a importância da formação humanista na educação profissional e que discuta temas como raça e gênero nas salas de aula.
DAMASCENO, Heide de Jesus; ALMEIDA, Magali da Silva (2018)	Analisar as desigualdades de gênero na educação no que tange ao acesso de mulheres negras, jovens e adultas no Instituto Federal da Bahia – IFBA e na Universidade Federal da Bahia – UFBA.	Levantamento dos dados relativos a dados quantitativos de acesso, permanência e conclusão.	Houve necessidade de encontrar registros das trajetórias das mulheres negras nas instituições de ensino pesquisadas, mostrando as condições objetivas e subjetivas de acesso e permanência daquelas mulheres.
OLIVEIRA, Maria Aparecida Costa <i>et al.</i> (2019)	Analisar como se move o currículo diante da questão da mulher negra em um Campus do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), na percepção	A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Rondônia Campus Colorado do Oeste, com alunas e servidoras do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, no ano de 2018.	Mulheres negras entrevistadas acreditam que a instituição educacional tem um papel fundamental para o fortalecimento deste debate sobre o preconceito racial e o empoderamento feminino

	de professoras e uma supervisora pedagógica.	Para coleta de dados utilizou-se entrevistas semiestruturadas; e para análise de dados a análise de conteúdo.	como garantia de acesso à educação para todos.
MENDES, Linidelly Rocha (2019)	Realizar um estudo sobre a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília- Campus São Sebastião, para verificar em que medida esta política contribui para a permanência das estudantes negras em cursos técnicos.	Incluiu revisão bibliográfica e análise documental do IFB-Campus São Sebastião. Foram realizadas entrevistas e aplicação de questionário para as estudantes e com a equipe multidisciplinar.	A permanência de mulheres negras na instituição foi viabilizada pela Política de Assistência Estudantil.
CONCEIÇÃO, Caliane Costa dos Santos; MOTA, Luiza Matos (2021)	Investigar como o racismo e sexismo estruturais se interseccionam nas trajetórias de cientistas e atuam como mecanismo de invisibilidade e silenciamento das mesmas.	Estudo de caso. Aplicação de questionário on-line. Realizada no Instituto Federal da Bahia, campus Salvador.	As cientistas negras estão presentes no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, no entanto, sua presença tem sido eclipsada pelo padrão de cientista que vigora no imaginário acadêmico e que reflete no contexto social.
OLIVEIRA, Brenda Cardoso de; MACEDO, Cátia Oliveira (2021)	Compreender as relações entre o trabalho e as mulheres negras a partir do olhar interdisciplinar entre a História e a Geografia no Ensino Médio Integrado.	A pesquisa tem caráter qualitativo e foi constituída metodologicamente como pesquisa-ação. A pesquisa foi realizada com alunos do terceiro ano do Ensino Médio Integrado, do Curso de Edificações, do Instituto Federal do Pará.	Alunos refletem sobre a condição das mulheres negras e seus processos de exclusão, marginalização, bem como acerca do papel que exercem na estrutura de classes da realidade brasileira. As temáticas gênero, raça e trabalho podem ser discutidas a partir dos conteúdos ministrados na disciplina, por meio de ricos diálogos com outras áreas do saber, no caso, com a História.

Fonte: Dos/as autores/as (2022)

No quadro 1, destacam-se os principais aspectos identificados nas pesquisas selecionadas.

O que dizem as pesquisas sobre mulher negra e EPT

Na pesquisa intitulada “Cientistas Negras na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo no IFBA”, Conceição e Mota (2021) realizaram um estudo de caso com docentes negras licenciadas nas áreas de Química, Física e Matemática do Instituto Federal da Bahia – campus Salvador, cujo objetivo era investigar como o racismo e sexismo estruturais se interseccionam nas trajetórias de cientistas negras e atuam como mecanismo de invisibilidade e silenciamento daquelas profissionais. As autoras relatam que há uma carência de debates e práticas que interseccionem as questões de gênero e raça com o mundo do trabalho, e que esses debates, sobretudo no campo da EPT, são extremamente necessários, pois consideram que por “meio da educação possa plantar sementes da equidade no mundo do trabalho” (CONCEIÇÃO; MOTA, 2021, p. 12).

O estudo de Conceição e Mota (2021) resultou na elaboração de um catálogo, onde foram evidenciadas as histórias de vidas das cientistas negras no campo da Educação Profissional. Elas afirmam que o catálogo, enquanto instrumento didático-pedagógico, pode contribuir para a efetivação da lei 10.639/03 no ambiente escolar, “tornando possível compreender como gênero e raça atuam, não só como marcadores sociais da diferença, mas, sobretudo, como atravessamentos que condicionam as trajetórias.” (CONCEIÇÃO; MOTA, 2021, p. 12).

Damasceno e Almeida (2018, p. 1), na pesquisa intitulada “O Acesso de Mulheres Negras à Educação Pública em Salvador: do Ensino Médio (IFBA) ao superior (UFBA)”, objetivaram analisar as desigualdades de gênero na educação no que tange ao acesso de mulheres negras, jovens e adultas ao Instituto Federal da Bahia – IFBA e na Universidade Federal da Bahia – UFBA.

As autoras analisaram dados de acesso das mulheres negras por gênero, raça e classe através das políticas de ações afirmativas implementadas naquelas instituições. Damasceno e Almeida (2018, p. 5) afirmaram que “a identificação do acesso das mulheres negras ao IFBA não foi uma tarefa fácil de ser realizada”, pois encontraram fragilidades devido à ausência dos referidos dados, tais como: informações de inconsistências, falta de preenchimento dos dados prestados na matrícula. Mesmo diante desse cenário, as autoras concluem que as mulheres ingressam “mais pelo sistema de cotas sociais e raciais e estão concentradas em cursos com menor vinculação aos papéis masculinos de gênero, como Química, Geologia, em detrimento das exatas” (DAMASCENO; ALMEIDA, 2018, p. 9).

A pesquisa realizada por Soares *et al.* (2017), intitulada “Mulher negra no mundo do trabalho: a questão da autoestima e identidade étnico-racial na educação profissional”, destaca que no contexto da EPT há diferenças entre classe, cor/raça e que elas são perceptíveis ao analisarmos dados estatísticos que registram as posições mais submissas para mulheres negras em relação a outros grupos sociais. E que um pensamento crítico sobre o lugar da mulher negra na contemporaneidade da produção pode moldar novas modalidades de conhecimento e produção, mesmo que os currículos dos cursos estejam impregnados das ideias capitalistas de capacitação tecnicista em áreas promissoras economicamente.

Como forma de iniciar reflexões sobre o racismo e sexismo em sala de aula, Oliveira *et al.* (2019), no artigo intitulado “A Presença da Mulher Negra e o Empoderamento Feminino no Currículo: um estudo no Instituto Federal de Rondônia (IFRO)”, cujo objetivo foi realizar reflexões pertinentes ao campo do currículo em atendimento a questão da mulher negra, diante da Lei nº 10.639/2003, a partir das concepções de professores e de suas práticas pedagógicas, observam que as discussões perpassam a formação de professores e os currículos escolares. Consideram necessária uma reflexão profunda nas discussões curriculares. Assim, o fortalecimento dos debates que contemplam a história e cultura afro-brasileira e indígena brasileira assegura o resgate histórico e a descolonização dos currículos nas Instituições de ensino e é um caminho para superação do racismo e discriminação, que continuam arraigados na sociedade atual.

Através de entrevistas com docentes negras da instituição onde a pesquisa foi realizada, as autoras concluem que as entrevistadas acreditam no papel transformador de uma instituição educacional que proponha o debate sobre questões como racismo, sexismo e que, com isso, a educação seja de fato para todos. E concluem que o empoderamento de mulheres negras dar-se-á por meio da “luz do conhecimento, da pesquisa, do engajamento social e da postura ética e crítica” (OLIVEIRA *et al.*, 2019, p. 157).

O artigo intitulado “Mulheres negras e o trabalho: uma discussão com o ensino médio integrado a partir de práticas interdisciplinares entre a história e a geografia na educação profissional e tecnológica”, de Oliveira e Macedo (2021), discute de que forma disciplinas do currículo escolar vão refletir as relações entre mulheres negras e o trabalho, para isso, as autoras buscam relacionar a categoria trabalho sua relação com gênero e raça.

As autoras discutem sobre como a discussão de temáticas como gênero, raça e trabalho podem ressignificar a noção de poder e pertencimento de lugar das mulheres negras na

sociedade, pois aquelas temáticas “dão voz a muitas meninas-mulheres silenciadas nos processos de violência e exclusão social, promove com isso, a representatividade” (OLIVEIRA; MACEDO, 2021, p. 39).

Segundo Oliveira e Macedo (2021, p. 42), essas discussões devem ser “problematizadas dentro dos projetos político pedagógicos, na construção dos currículos, na formação de professores, nas mudanças de atitudes, nas metodologias, nas práticas pedagógicas”, fazendo com que tenham sentido aos alunos.

Assim, o estudo propõe pensar as práticas interdisciplinares para o Ensino Médio Integrado, “almejando um ensino integral, *omnilateral*, de igual oportunidade para todos, a partir do contato com outros saberes, de outras áreas do conhecimento” (OLIVEIRA; MACEDO, 2021, p. 60).

Mendes (2015), em “Desigualdade de gênero e raça no ensino técnico: Influências no acesso e na permanência das alunas negras do Instituto Federal de Brasília Campus São Sebastião”, analisou como a desigualdade de gênero e raça influencia na permanência das alunas negras nos cursos técnicos em Secretaria Escolar e Secretariado Instituto Federal de Brasília – IFB, especificamente no Campus São Sebastião.

A autora demonstra que a escolha de mulheres negras pelos cursos é influenciada pela divisão sexual do trabalho, fazendo com que os cursos sejam mais atrativos para o público feminino. A autora conclui que o perfil do alunado é em geral composto por “trabalhadores com histórico escolar defasado e com dificuldades do contexto social como o desenvolvimento escolar precarizado, e que as alunas dividem seu tempo de estudo com o trabalho e responsabilidades familiares” (MENDES, 2015, p. 55).

Na dissertação intitulada “O Acesso ao Ensino Agrotécnico como Fator de Emancipação e Formação Profissional de Jovens Negras”, Euclides (2012) analisa o acesso e permanência de estudantes negras em uma instituição de educação profissional. A autora partiu da hipótese que raça e gênero atuam como limitantes no ingresso desses estudantes nas instituições agrotécnicas, bem como no mundo do trabalho.

Através de entrevistas com as alunas, a autora identificou que “raça e gênero interferem na inserção das estudantes nos cursos, mas não na permanência e saída, identificando que a cor da pele aparece como fator secundário das dificuldades encontradas pelas estudantes negras” (EUCLIDES, 2012, p. 91).

A autora constatou em grande parte dos discursos das entrevistadas que o preconceito existe, mas que “não se importam com a forma como as pessoas as veem, seguindo seus caminhos e alcançando seus objetivos” (EUCLIDES, 2012, p. 92). O que vai de contraponto ao observado em outras pesquisas que afirmam ser o racismo um fator limitante no acesso e permanência de mulheres nesses espaços, como também nas ocupações encontradas no mercado de trabalho.

A pesquisa intitulada “Política de Assistência Estudantil no Ensino Técnico: um estudo sobre a permanência de alunas negras no IFB – Campus São Sebastião”, desenvolvida por Mendes (2019), tem como objetivo realizar um estudo sobre a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Brasília - Campus São Sebastião. O foco é mapear a importância da política para a permanência de estudantes negras em cursos técnicos subsequentes naquela instituição de ensino. A autora adota a interseccionalidade como epistemologia para estudar a implantação de políticas públicas e sociais e como as desigualdades de raça, gênero e classe criam estruturas que colocam mulheres negras em situações de maior vulnerabilidade em seus diversos âmbitos.

Com a referida pesquisa, Mendes (2019, p. 115) constatou que a “Política de Assistência Estudantil desenvolvida no IFB – Campus São Sebastião é um mecanismo importante para viabilizar o direito à educação e a profissionalização das mulheres negras naquele Instituto”. E percebeu que existe preocupação e compreensão por parte dos executores da política sobre a questão de gênero e da questão racial.

Considerações finais

Pode-se perceber que estudos sobre pertencimento da mulher negra na EPT são poucos e secundarizados, mostrando uma lacuna que precisa ser superada por pesquisas que levem em consideração a relação entre a mulher negra e aqueles espaços. Para além disso, é possível observar que no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica poucas foram as produções que puderam interseccionar raça e gênero, algo que poderia gerar um conhecimento mais aprofundado sobre a questão da mulher negra dentro daquele espaço educacional.

A presente análise revelou que, na maioria dos trabalhos, a mulher negra é colocada como um parâmetro para se investigar outras problemáticas presentes nas instituições de educação profissional, como por exemplo, investigar o acesso e permanência, políticas

públicas de assistência, e não necessariamente investigar como essas mulheres estão inseridas naqueles espaços.

Para essa discussão, é preciso entender que as mulheres negras historicamente se constituíram como sujeitos históricos, e no que diz respeito à educação e no caso específico, à educação profissional, sua atuação foi apagada, silenciada, forjada no racismo e sexismo e um olhar atento a isso nos mostra que os espaços da educação profissional ainda primam por um padrão branco, masculino heterossexual.

Assim, para que essa lacuna seja preenchida é preciso que os estudos com base no recorte mulher negra e EPT considerem a interseccionalidade entre raça, classe e gênero e que sejam mais aprofundados e desvelados em trabalhos futuros, oferecendo assim subsídios para novas reflexões nas discussões sobre a mulher negra na EPT.

Referências

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília: 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578> . Acesso em: 07 maio 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020**: resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília: INEP, 2021. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas-e-indicadores/resumotecnicocensoescolar2020.pdf>. Acesso em: 28 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em: 01 abr. 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 16/99** de 05 de outubro de 1999. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer1699.pdf. Acesso em: 01 abr. 2022.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. **Revista Estudos Feministas**. v. 3, n. 2, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16466>>. Acesso em: 28 maio 2022.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CONCEIÇÃO, Caliane Costa dos Santos; MOTA, Luiza Matos. Cientistas Negras na Educação Profissional e Tecnológica: Um Estudo no IFBA. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 21, 2021. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12889>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Trad. Liane Schneider. Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo. **Revista de Estudos Feministas**. 10 (1), 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 19 maio 2022.

DAMASCENO, Heide de Jesus; ALMEIDA, Magali da Silva. O Acesso de Mulheres Negras à Educação Pública em Salvador: do Ensino Médio (IFBA) ao Superior (UFBA). In: XX REDOR, 2018, Salvador. **Anais XX Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero**. Salvador, 2018. Disponível em: <https://www.sinteseeventos.com/site/redor/GT1/GT1-28_Heide.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2022.

DIEESE. **Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: velhas desigualdades e mais precarização**. Brasil, 2022. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/mulher.html>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

EUCLIDES, Simone Maria. **O acesso ao ensino agrotécnico como fator de emancipação profissional de jovens negras**. 2012. 125f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/4163/1/texto%20completo.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

FERREIRA, Cláudia Aparecida Avelar; NUNES, Simone Costa. Mulheres Negras no Mercado de Trabalho: Interseccionalidade entre Gênero, Raça e Classe Social. **XLIII Encontro da ANPAD**, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjcxMDU=>. Acesso em: 28 maio 2022.

FREITAS, Taís Pereira. **Tintas pretas e papéis brancos: educadoras negras e emancipação**. 2015. 230 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/127847>>. Acesso em: 01 abr. 2022

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Mulheres Negras e Educação: Trajetórias de Vida, Histórias de Luta. **In: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL**, 2000, Salvador. **Anais Eletrônicos**. Salvador, 2000. Disponível em: <www.desafio.ufba.br/gt6-008.html>. Acesso em: 25 set. 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos Rio Janeiro: Zahar, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

IBGE. **PNAD Contínua** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Educação. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf>. Acesso em: 28 maio 2022.

LIMA, Carolina Akie Ochiai Seixas. A Trajetória da Profissionalização do Negro em Mato Grosso (séc. XIX a XXI). **Revista Outras Fronteiras**, v. 1, p. 25-40, 2014. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/112>>. Acesso em: 28 maio 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MENDES, Linidelly Rocha. **Política de assistência estudantil no ensino técnico**: um estudo sobre a permanência de alunas negras no IFB – campus São Sebastião. 2019. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/38439>>. Acesso em: 02 abr. 2022.

MENDES, Linidelly Rocha. **Desigualdade de gênero e raça no ensino técnico**: influências no acesso e na permanência das alunas negras do Instituto Federal de Brasília Campus São Sebastião. 2015. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/13096>>. Acesso em: 02 abr. 2022.

MOREIRA, Maria Regina de Ávila *et al.* O lugar de gênero na formação da/o assistente social. **In: X ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL. Anais**. Recife, 2006. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF05/O%20lugar%20de%20g%C3%AAnero%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20AS.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

OLIVEIRA, Brenda Cardoso de; MACEDO, Cátia Oliveira. Mulheres Negras e o Trabalho: uma Discussão com o Ensino Médio Integrado a partir de Práticas Interdisciplinares entre a História e a Geografia na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v. 3, n. 1, p. 38-64, 2021. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/55>. Acesso em: 21 abr. 2022.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Costa. *et.al.* A Presença da Mulher Negra e o Empoderamento Feminino no Currículo: um Estudo no Instituto Federal de Rondônia (IFRO). *In: Revista EDUCAmazônia, Educação, Sociedade e Meio Ambiente*. Universidade Federal do Amazonas. v. 22, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/view/5766>. Acesso em: 02 abr. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In: Educação & Realidade*. Porto Alegre: Faculdade de Educação - UFRGS, v. 20, n. 2, 1995.

SOARES, Cecília Conceição Moreira *et al.* Mulher negra no mundo do trabalho identidade étnico-racial na educação profissional. *In: Currículos e Práticas educativas em espaços formais de educação*, v. 23, n. 52, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/20093>. Acesso em: 21 abr. 2022.

Recebido: janeiro/2022.

Publicado: julho/2023.